

Data da mudança faz 29 anos

ADIRSON VASCONCELOS
Especial para o CORREIO

DF - Brasília

A data de 21 de abril de 1960 para a inauguração de Brasília foi decidida num dia como hoje, 1º de outubro, há 29 anos. Uma decisão do Congresso Nacional ao apreciar uma proposta do deputado Emival Calado, membro da bancada de Goiás.

A escolha de 21 de abril para a mudança da Capital foi uma feliz idéia, pois coincide com a data comemorativa de Tiradentes, o Mártir da Independência, que é, também, o primeiro brasileiro a desejar e a propor a transferência da capital do litoral para o interior, ainda em 1789.

E o presidente Juscelino Kubitschek sanciona a lei do Congresso Nacional logo que lhe chega às mãos, a 1º de outubro de 1957.

O Congresso Nacional já autorizara, um ano antes, em 1956, a transferência da Capital para o Brasil Central ao aprovar a lei que manda o Executivo localizar, urbanizar e construir a nova capital no Planalto Central, a chamada lei da Novacap.

Todavia, a mesma Constituição, a de 1946, que mandava construir a capital no Planalto de Goiás, também estabelecia que, findos os trabalhos demarcatórios da nova capital, "o Congresso Nacional resolverá sobre a data da mudança da capital".

Inspirado nesta exigência constitucional é que Emival Calado apresenta o seu projeto, por ser dever do Congresso Nacional fixar "a data da mudança da capital" e propõe, logo, o dia 21 de abril de 1960.

O fato de ser Emival Calado o autor do projeto da data da mudança é providencial. Trata-se de um deputado da União Democrática Nacional, partido de Carlos Lacerda e que faz oposição sistemática ao presidente Juscelino Kubitschek, o qual tem Brasília como meta-síntese do seu Governo. Emival era consciente disto, mas o seu dever de representante golano o coloca acima das questões político-partidárias do momento. A mudança da capital para o Planalto Central era vital para o desenvolvimento econômico e social de Goiás, coincidindo, paralelamente, com os interesses nacionais.

Apresentado o projeto, em agosto de 1956, quase um ano é transcorrido sem que haja qualquer andamento. O seu autor faz gestões junto aos líderes do seu partido, a UDN, já que sabe do interesse do PSD e do PTB, partidos aliados do Governo JK.

Finalmente, em maio de 1957, Emival Calado, com sinal verde das lideranças, propõe o regime de urgência para o projeto. Tudo se torna mais fácil. As Comissões de Justiça e de Mudança dão pareceres

favoráveis. São relatores Antonio Horário e França Campos, respectivamente.

O presidente da Comissão Urbanizadora da Nova Capital, Israel Pinheiro, oferece à Comissão de Mudança uma série de subsídios sobre o andamento das obras, declarando, ao final: "O Congresso pode fixar a data da transferência da Capital para o dia que julgar mais conveniente, a partir do segundo trimestre de 1960".

No plenário da Câmara, o projeto Emival Calado recebe emendas. Voltando às comissões, recebe novos pareceres favoráveis e a inclusão da estrada Rio-Brasília no Plano Rodoviário Nacional. São relatores Hugo Napoleão e França Campos.

Enquanto isso, é divulgado o primeiro recenseamento de Brasília em construção. Já são 6.283 habitantes, sendo 4.600 homens e 1.683 mulheres. Duas companhias de aviação têm vôos diários para Brasília. De Goiânia e Anápolis, a Viação Aragarina mantém linhas de ônibus para Brasília. E um jornal semanário: "Hora de Brasília". As colunas do Palácio da Alvorada já são bem visíveis. O Hotel de Turismo (o Brasília Palace Hotel) está com suas estruturas prontas. As maquetes e as primeiras fotos de Brasília em construção têm exposições na Europa e nos Estados Unidos. O Brasil ultima um empréstimo com o Eximbank para pagamento das estruturas metálicas dos Ministérios, adquiridas nos Estados Unidos. Está pronta a terraplenagem da Praça dos Três Poderes. É lançada a pedra fundamental da Igreja de Fátima. A estrada Belém-Brasília já conta com 830 quilômetros desmatados. Anuncia-se para 3 de maio do ano seguinte, 1958, a inauguração do Palácio da Alvorada e da estrada de asfalto Brasília-Anápolis-Goiânia. O prefeito de Porto Seguro, a cidade brasileira onde Cabral aportou, pede ao presidente Juscelino que faça a ligação rodoviária da mais antiga cidade brasileira com a futura metrópole, Brasília. Nas comemorações do centenário da primeira estrada brasileira, diz o presidente JK: "A mudança da capital é um imperativo indelével, para esta geração, se esta geração quer mostrar-se digna de haver nascido na grande Pátria. A mudança da capital do Brasil fará com que o Brasil se conheça e se domine. Brasília será a conquista dos nossos imensos espaços interiores e de suas inexploradas riquezas".

Na Câmara dos Deputados, após receber pareceres favoráveis das comissões técnicas, o projeto da data da mudança

é apreciado pelo plenário. Os pareceres das comissões são referendados e o projeto é aprovado, na sessão extraordinária matutina de 19 de setembro, quando, por coincidência, transcorria um ano de sanção presidencial da lei que autorizava a mudança da capital, de 1956.

Encaminhada, logo, ao Senado Federal, a proposição teve tramitação rápida, pela aprovação de um requerimento de urgência, de autoria do senador Cunha Melo, e, na sessão do dia 25 de setembro, é votada. Os pareceres das comissões são dados, oralmente, em plenário, nas pessoas dos senadores Atilio Vivacqua, pela Comissão de Mudança da Capital, Calado de Castro, pela Comissão de Serviço Público, e Coimbra Bueno, pela Comissão de Transportes. Todos se revelam favoráveis ao projeto aprovado pela Câmara dos Deputados.

Afirmando que "assumimos um dos mais sérios compromissos de nossa História", o presidente Juscelino Kubitschek sanciona a lei do Congresso Nacional que fixa a data de 21 de abril de 1960 para a mudança da Capital para Brasília, em construção. O ato, realizado no dia 1º de outubro de 1957, no Palácio do Catete, conta com a prestígio das presenças de autoridades representativas dos Três Poderes da República. A lei recebe o número 3273/57.

O acontecimento é definido pelo presidente Juscelino Kubitschek com a seguinte frase:

— Este ato representa o passo mais viril, mais enérgico, que a Nação dá, após a sua independência política, para a sua plena afirmação, como povo que tomou a seus ombros uma das mais extraordinárias tarefas que a história contemporânea viu atribuir-se a uma coletividade: a de povoar e civilizar as terras que conquistou, vastas como um continente; a de integrar, na comunhão dos povos, para o bem comum da humanidade, um dos mais ricos territórios do mundo.

Ao se congratular com o Congresso Nacional, pela aprovação da lei fixando a data para a transferência da capital, assim se expressa o presidente JK:

— Rejubilome-me com a circunstância de Deus me haver permitido cumprir o pacto que firmei com o povo brasileiro, atendendo aos veementes apelos que recebi de todo o País, nos dias de campanha da sucessão presidencial, para que se obdescesse os mandamentos da Constituição, que traduzia inadiável propósito, vontade firme, consciente e tenaz de operar esta mudança".

Adirson Vasconcelos é jornalista e historiador de Brasília